

Volta ao crescimento acelerado

O GLOBO 06 FEV 1994

RUBEM MEDINA

Nos primeiros 70 anos deste século, o Brasil foi um dos países de maior desenvolvimento em todo o mundo, ultrapassando em crescimento anual do produto alguns dos países líderes, como EUA, França, Japão, Grã-Bretanha e Alemanha. Como havíamos chegado ao final do século XIX com uma economia incipiente, a elevada velocidade do crescimento no século XX não foi suficiente para nos situar no Primeiro Mundo.

Essa performance foi bastante, no entanto, para demonstrar nossas possibilidades de voltar a crescer velozmente e também para nos colocar em posição altamente privilegiada, se comparados aos demais países em desenvolvimento, como os latino-americanos.

É importante considerar a trajetória em uma série maior de anos para melhor compreender as dimensões de nossas atuais dificuldades e avaliar as chances do Brasil nos próximos anos, caso sejam ultrapassadas algumas dificuldades institucionais.

A economia brasileira cresceu quase 2% ao ano entre 1900 e 1932; cresceu mais de 2,5% anuais entre 1932 e 1942; e mais de 3% ao ano entre 1942 e 1971. Pode parecer pouco para as ambições brasileiras, mas nesse mesmo período o Japão cresceu cerca de 3% ao ano até 1922 e

menos de 3% entre 1922 e 1960. Os EUA, do início do século até 1960, cresceram menos de 2% em média anual; a Grã-Bretanha cerca de 1%; e a Alemanha menos de 1,5%.

Depois de 1970, o Brasil se envolveu em sucessivas crises políticas e equívocos econômicos, que reduziram o desempenho de nossa economia. Ficamos para trás precisamente na fase em que o mundo passou a utilizar tecnologias novas na expansão da produtividade e dos mercados. Ainda assim, o Produto Interno Bruto do Brasil — que agora voltou a crescer — representa aproximadamente a soma dos produtos de todos os demais países latino-americanos.

Durante toda a História, o Brasil liderou a economia da América Latina e ficou no meio do caminho para o Primeiro Mundo. Mesmo agora, com a estagnação da produção e das idéias que se abateu sobre nosso país, nossos vizinhos com maior desempenho permanecem muito mais atrás. O Chile, por exemplo, que é a estrela da economia latino-americana, tem um produto bruto total não superior ao de dois ou três municípios paulistas.

Infelizmente, nos enredamos com a pequenez de idéias e de conflitos de caráter político. Agora mesmo algumas empresas brasileiras têm demonstrado possuir no exterior um conceito melhor do que o do próprio país. Quando o crédito do Brasil inexistia, algumas empresas conseguiam obter empréstimos com seu

próprio crédito e foram elas que fizeram com que fosse retomado o fluxo de recursos externos para acelerar nosso crescimento.

No Brasil, o poder público está a reboque das empresas, tanto em eficiência como em mentalidade. Enquanto as empresas conseguiram enfrentar suas dificuldades, elevando sua competitividade, abrindo espaço no mercado externo, voltando a obter lucros em seus balanços, o poder público não consegue ao menos efetivar uma situação de necessidade óbvia, que é equilibrar seu orçamento.

Não resta dúvidas de que os poderes são cúmplices nesse atraso institucional do poder público em relação às organizações privadas: a inflação, que é uma praga eliminada em todo o mundo, aqui consegue continuar vigorosa, produzindo efeitos anti-sociais e antieconômicos. Como que se acaba com essa praga? Em cada país há particularidades a considerar nesse combate, mas há, em todos os países que tiveram êxito, pelo menos uma condição básica: o equilíbrio orçamentário.

O equilíbrio orçamentário representa sacrifícios para os três Poderes da República, mas devemos considerar que este preço é relativamente pequeno em comparação com as perspectivas que se abrem para este país.

Rubem Medina é deputado federal pelo Rio de Janeiro.